



## **ATA DA PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMSANS PORTO ALEGRE DE 26/02/2026**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se em plenária ordinária em formato presencial no auditório do Centro Administrativo Municipal – CAM, situado a Rua General João Manuel número 157, no 18º andar, Centro Histórico na cidade de Porto Alegre, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Porto Alegre (COMSANS). Estiveram presentes os (as) conselheiros (as) e suplentes conforme assinatura em lista de presença e participantes da sociedade civil, que também registraram presença em lista de assinaturas. As pautas propostas pela mesa diretora do COMSANS para esta plenária foram compostas pelos seguintes assuntos: 1) Apresentação da Ata da última Reunião Plenária para deliberação; 2) Produção de alimentos das Mulheres Indígenas; 3) Presença do secretário Matheus Xavier da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS); 4) Assuntos Gerais. Ao iniciar a plenária, a presidenta do conselho, Rosani Fátima Da Silva, solicita a conselheira Andrea Przybysz Da Silva Rosa representante do SESC/RS para redigir a ata desta reunião, devido à ausência do secretário Jorge Alves Schell por motivos de férias. Após então, houve a leitura da convocação, pela vice-presidente da mesa diretora, Sra. Maria Terezinha Oscar Govinatzki, contemplando as pautas desta reunião. Como primeira pauta, a leitura da Ata da última Reunião Plenária para apreciação e aprovação dos presentes. Antes da sequência da pauta, houve agradecimento a Sra. Vivian Pierobom Stein, conselheira da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), pelo apoio à publicação do documento que saiu no Diário Oficial com nomes dos conselheiros indicados pelas secretarias municipais. Em seguimento a pauta proposta, a Produção de Alimentos das Mulheres Indígenas, não houve comparecimento das representantes para esta pauta. Devido ao atraso do Secretário Matheus Xavier, da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), passou-se a pauta de assuntos gerais. A palavra foi direcionada a Sra. Eliane Almeida De Souza, conselheira da ONG Instituto Apakani, onde informa que está com problemas na ONG e que a suplente neste conselho, Marília Flor Kosby, será substituída por outro integrante da ONG o Sr. Ribeiro, o Pai Ribeiro, também conhecido como Pantera Negra, que questiona sobre a obrigatoriedade de apresentar o NIS (Número de Identificação Social), dos atendidos. Carlos Fernando Simões Filho, vice-presidente deste conselho e conselheiro da Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural (SMGOV), informa que nos dias três a cinco de março terá o segundo seminário contra violência à mulher e convida a todos para participarem das atividades. Rosani agradece o espaço cedido do auditório da Assembleia Legislativa que acolhe este conselho. A Presidenta Rosani responde ao Pai Ribeiro sobre a obrigatoriedade do NIS para as cozinhas que é devido ao rastreio da vulnerabilidade das famílias, dentro do que é solicitado para identificação do perfil das famílias nas visitas realizadas por este Conselho. Em réplica, o Pai Ribeiro informou que está atendendo mais de 15 cozinhas solidárias, onde seis estão cadastradas no MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), no entanto somente uma cozinha está habilitada por este conselho.



O momento de fala do Pai Ribeiro é interrompido pela chegada do Secretário Matheus Xavier acompanhado da coordenadora de nutrição da SMAS a conselheira e nutricionista Carolina Heineck Da Cunha. O secretário assume a palavra, já informando às ações que estão organizando para apoiar as pessoas em situação de rua relacionadas à violência e a segurança alimentar. Reforça a importância das cozinhas comunitárias, solidárias e restaurantes populares e solidários no primeiro acesso as políticas públicas. Também informa ações como o auxílio viagem e o auxílio moradia que ajudam as pessoas para saírem da condição de rua. Complementa informando sobre um projeto de ampliar o atendimento dos restaurantes populares para o turno da noite, além dos Pontos Populares de Segurança Alimentar e cozinhas solidárias. Coloca-se a disposição para responder algumas perguntas. Carlos Fernando pede a palavra e informa o motivo do convite dizendo que grupo ficou incomodado com o conteúdo do Projeto de Lei do ano passado, pois em muitas cozinhas não é possível entregar alimentos com o formato de Buffet, onde os alimentos estão sendo servidos em potes de sorvete e questiona sobre adequação desses espaços e participação da rede para projetos semelhantes. Também pede auxílio ao secretário para revisão e atualização da lei que regulariza este conselho, pedindo a criação de um fundo municipal para promover investimentos nos espaços coletivos de segurança alimentar. O secretário concorda com a criação do fundo e levará a ideia ao Moisés, presidente da câmara, complementa que estão com credenciamento para ampliar de seis para oito os restaurantes populares. Rosani solicita marcar reunião com o secretário para melhorar acesso às informações dos endereços dos restaurantes populares, também informa que as cozinhas e pontos populares não deixarão de atender as pessoas em situação de rua. O secretário coloca-se à disposição para agendar para a semana que vem a reunião. A Sra. Deloci, convidada, pergunta por que não há apoio da secretaria às cozinhas comunitárias como é realizado aos restaurantes populares. O secretário responde que todos podem participar do edital para os restaurantes populares, também reitera que irá informar os endereços dos restaurantes populares e comunicará a abertura do edital a este Conselho. A conselheira Irilde Biasibetti Da Silva, do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil (CONIC), solicita que seja realizado trabalho de informação, como palestra, para os moradores de rua sobre a violência contra crianças e mulheres. O secretário Matheus informa que é o objetivo da SMAS a aproximação dos espaços como os pontos populares de segurança alimentar e cozinhas comunitárias. Carolina, conselheira e coordenadora de nutrição do SMAS, informa que estão disponíveis e atualizados no Site da prefeitura os restaurantes populares atualmente em funcionamento. Ela e o secretário Matheus se despedem da reunião. É então retomada a pauta de assuntos gerais pela presidente Rosani que pede para Natalia De Oliveira Dreyer, representante da SMIDH (Secretaria da Inclusão e Desenvolvimento Humano), que atualize a situação da denúncia da cozinha Associação de Mulheres Maria da Glória, pois ainda está em averiguação sobre o desvio de alimentos, que foi justificado que a cozinha teria uma autorização para repassar os alimentos a outros espaços não autorizados por este Conselho.



Rosani insiste em identificar qual o documento está escrito que pode tirar o alimento de uma cozinha habilitada para entregar a outra cozinha não habilitada, onde a referida cozinha doa alimentos que são entregues do PAA Federal. A denunciante relata que a cozinha comunitária informou que recebeu um documento permitindo o repasse de alimentos do PAA Federal, mas que se não apresentar o referido documento irá denunciar ao Ministério Público. Rosani informa que não fornecerá documentos retroativos de cozinhas que não conhece. Pai Ribeiro questiona qual a irregularidade da cozinha citada. Rosani responde que, em visita ao espaço citado, questionou os moradores do entorno e muitos não sabiam onde eram. Pai Ribeiro questiona que uma das cozinhas que está credenciada pelo MDS foi informada que era obrigada a receber todos os alimentos que são ofertados pelo Ponto Popular. Rosani responde que ela poderia fazer uma declaração citando que não tem interesse em receber determinados tipos de alimentos, também informou que as proteínas fornecidas pelo MDS podem ser utilizadas pela cozinha para o preparo das refeições. Carlos Fernando relata que o Espaço Pantera Negra está solicitando lugar para construção de horta comunitária e explica a todos que os grupos do Whatsapp também servem de informação e consulta das atividades dos pontos populares, mas que as denúncias devem ser realizadas por canais de comunicação oficiais na Secretaria de Governança. Complementa orientando quanto aos processos de denúncia dos conselhos e organização do COMSANS (dentro da SMIDH) e se propõe a abrir um processo interno dentro da Governança a fim de auxiliar o conselho. Sugere que tenhamos um manual sobre o mínimo necessário para a constituição de uma cozinha e que em abril façamos um seminário para a construção deste "manual". Ocorrem então as deliberações da plenária quanto ao encaminhamento da denúncia em questão e discussão quanto à posição de fala, visto que a plenária é aberta a fala de todos, mas sem posição de voto, exclusivo aos membros da Mesa Diretora. Deloci informa que teve erro no documento que enviou sobre os alimentos das cozinhas, onde não foi marcado o macarrão e gostaria de saber onde busca esta informação. Rosani informa que ela pode verificar direto com a Dirce ou Vanusa, no 8º andar do CAM. Carlos Alberto Ferreira Freitas, do DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação), comenta que a referida cozinha denunciada realiza trabalho reconhecido na região e de apoio, organização e regularização a outras cozinhas. Luiz Pretto se manifestou contrário à denúncia, dizendo que conhece o trabalho sério da cozinha. Rosani propõe que seja encaminhada a SMIDH uma solicitação da presença do secretário Juliano Passini junto ao Conselho para visita à cozinha referida. A presidenta deste Conselho, Rosani, solicita encerramento desta plenária, sem votação quanto aos encaminhamentos da denúncia. Plenária encerrada às onze horas e vinte e sete minutos deste dia.